

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.553.585 - MS (2019/0218583-7)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : PAULO MUNHOZ HENRIQUE
ADVOGADOS : LÚCIO FLÁVIO JOICHI SUNAKOZAWA - MS005543
MARCUS VINICIUS RAMOS OLLÉ - MS010924
ANTÔNIO TEIXEIRA DA LUZ OLLÉ - MS013029
AGRAVADO : LOUVANI ANTONIO LEDUR KIST
ADVOGADO : NINA NEGRI SCHNEIDER - MS010286
INTERES. : AGROFUTURO COMERCIO E REPRESENTACAO DE
PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por PAULO MUNHOZ HENRIQUE, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.º 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de PAULO MUNHOZ HENRIQUE, a parte Recorrente não procedeu à juntada da procuração e/ou cadeia completa de substabelecimento conferindo poderes ao Dr. Jeronimo Teixeira da Luz Olle, subscritor do recurso especial.

É firme o entendimento do STJ de que a ausência da cadeia completa de procurações impossibilita o conhecimento do recurso (Súmula n. 115/STJ).

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade na representação processual do recurso. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, não regularizou, uma vez que o substabelecimento juntado à fl. 1855 não foi suficiente para completar a cadeia de representação outorgando poderes ao subscritor do recurso. Dessa forma, o recurso não foi devida e oportunamente regularizado.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas

Superior Tribunal de Justiça

instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

